



Travessia

Maio 2013
Nº 86



ESPECIAL COMUNICAÇÃO EM DEBATE

Entrevista Paulo Roberto Figueira Leal

Para professor, a democratização da comunicação passa pela reforma política

Em entrevista ao Travessia, o professor Paulo Roberto Figueira Leal, da Faculdade de Comunicação da UFJF, explica que há uma simbiose entre os interesses das elites políticas brasileiras e das grandes

corporações da mídia. A relação de promiscuidade, segundo Paulo, também é estabelecida por meio das concessões de radiodifusão.

Para o professor, é preciso lidar com questões estruturantes que

impedem o avanço da democratização da comunicação.

A reforma política pode ter impacto positivo no destravamento dessa discussão.

Confira a entrevista nas páginas 4 e 5.



Imagem: Daniel Goulart

Professor Paulo fala durante o debate na sede APESJF-SSind.

PÁGINA 2

A greve na mídia

A jornalista do ANDES-SN, Renata Maffezoli, faz uma análise da cobertura midiática da última greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino.

PÁGINA 6

Vito Giannotti

O coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação, Vito Giannotti, relata o início de sua experiência com comunicação sindical durante a Ditadura Militar. O testemunho reforça a importância de valorizar a comunicação na estratégia de luta dos trabalhadores.

PÁGINA 7

Comunitária de verdade

Fechada em 2003 por fiscais da Anatel, a Mega FM era uma rádio comunitária autêntica. Funcionava no bairro Santa Cândida, Zona Leste de Juiz de Fora. Participantes da rádio se reuniram para contar essa história e levantar a bandeira da democratização da comunicação.

PÁGINA 8

Redução da maioria penal: o que está em questão?

Confira o artigo da professora da UFOP, Viviane Sousa Pereira.

Editorial

Disputa de hegemonia e comunicação

Na atualidade, é notória a importância cultural, política e econômica da Comunicação Social no Brasil, tendo em vista condicionantes históricos que promoveram extraordinários desequilíbrios de poder e de oportunidades no setor. A rigor, ainda que a Constituição de 1988 já estabelecesse, no § 5º do seu artigo 220, que os meios de comunicação social não poderiam ser, direta ou indiretamente, objeto de monopólio ou oligopólio, o que se observa no Brasil é que um pequeno número de empresas controla mais de 95% da oferta de serviços e produtos de Comunicação Social.

Não é sem razão, portanto, que há décadas, se organizaram movimentos em defesa da democratização das Comunicações no Brasil. O Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), criado em 1992 e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), criado em 1991, são exemplos emblemáticos.

É urgente que as autoridades do setor, para além dos discursos e da tolerância com o não cumprimento de leis e dispositivos constitucionais, efetivem mecanismos que permitam, de fato, o debate sobre os problemas decorrentes da falta de democratização das Comunicações no país, assim como a construção de uma política para o setor que, efetivamente, oriente a Comunicação Social a partir do interesse público, da afirmação da democracia e da pluralidade. É imprescindível mobilizar a Classe Trabalhadora e a sociedade civil organizada para a necessidade de disputar espaços nos meios de Comunicação Social, luta essa estratégica se quisermos

disputar a hegemonia política na sociedade.

Para tanto, é imperiosa uma política que estabeleça o equilíbrio entre os setores Privado, Público e Estatal na oferta de produtos e serviços de Comunicação. Países como a Argentina e o Uruguai já o fizeram, sem falar nos EUA e Inglaterra. Além disso, é necessário garantir o financiamento público a fim de que a qualidade socialmente referenciada seja um marco nas Comunicações. Isso só será possível, se o setor não permanecer mais refém de recursos atrelados a interesses privados.

O trabalho que entidades como o NPC e o FNDC desenvolvem são de extrema importância para que se alcance a democratização da Comunicação Social no Brasil. São trabalhos que articulam diversos colaboradores e especialistas da área com movimentos comunitários e populares, sindicatos e outros coletivos e que são fundamentais na disputa da hegemonia.

No entanto, é necessário, também, que as instituições de ensino, as entidades representativas da área acadêmica e os centros de pesquisa, tendo em vista a preocupação com a qualidade da formação dos profissionais do setor das Comunicações, incentivem e promovam, cada vez mais, a produção científica sobre Comunicação Social, apoiando e divulgando as investigações sobre os efeitos culturais, políticos e econômicos da mídia, de modo que a sociedade seja capaz de fazer uma leitura crítica das informações veiculadas, desenvolvendo assim, um pensamento crítico sobre suas condições de existência.

Bem ou mal, falaram da educação?

Por Renata Maffezoli, jornalista do ANDES-SN

A cobertura midiática da greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino, realizada no ano passado, ilustra diversas questões que permeiam a construção da notícia nos veículos de comunicação do país.

Por um lado, a propagação da ideologia do capital, a disputa política (principalmente no período eleitoral), que levou vários meios a serem ora simpáticos às bandeiras do movimento, ora perversos e inquisitórios.

Por outro, as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais da imprensa, atuando sob a pressão eterna do fechamento, levaram muitos daqueles que cobriram o tema a utilizar os dados oficiosos e superficiais, até porque não lhes foi dado tempo para maturar e compreender as reivindicações dos docentes, que escapam aos padrões da lógica capitalista.

A experiência de participar algumas vezes da sala de imprensa junto desses colegas durante as longas reuniões entre os representantes do governo e os representantes dos docentes permitiu a percepção de que quase todos eram simpáticos, sim, à greve. Vários achavam absurdos os valores remuneratórios percebidos pelos professores, muitos se indignavam com a intransigência do governo, e

assim o movimento conseguiu alguma repercussão até positiva.

Desde seu início, a greve foi noticiada por vários veículos. Nos primeiros quinze dias, foram mais de 80 menções em sites noticiosos, jornais, rádios, televisões e revistas. Mas a coisa explodiu mesmo quando o governo resolveu romper o silêncio e entrar na disputa midiática.

Os ministérios da Educação e do Planejamento passaram então a municiar os jornalistas daquilo que eles mais gostam: números. E aí, poucos contestavam os dados apresentados pelo MEC, seja por não poder ir além da linha editorial de seu veículo, seja porque é mais simples e prático dar voz ao discurso oficial, que ainda vem corroborado por argumentos como “o impacto das reivindicações aos cofres públicos”, “o prejuízo causado aos milhares de estudantes sem aula”, e por aí vai.

“Como não querem reajuste? O que eles querem então?” e “Como assim recusam aumento de 45% oferecido pelo governo?” foram as perguntas mais frequentes ouvidas dos colegas durante os quatro meses de greve. Mas também se ouviu bastante sobre as condições precárias das instituições federais de ensino, sobre a desvalorização do

magistério federal frente a outras carreiras e houve até quem ousou a questionar a qualidade do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A título de curiosidade, um dos profissionais da imprensa que o fez, hoje compõe o quadro de assessores do MEC.

A grande questão é que na linha do discurso “bem ou mal, falem de mim”, o maior movimento paredista já protagonizado pela categoria organizada no Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, com duração de 124 dias, despertou a atenção da mídia tradicional para o tema Educação e trouxe à tona o debate sobre as condições em que se desenvolvem o ensino, a pesquisa e a extensão nas IFE brasileiras, de forma rasa, muitas vezes tendenciosa e com propósitos duvidosos.

Mas o que esperar de uma mídia monopolizada e hegemônica, que se utiliza das mesmas ferramentas do governo - sucateamento e precarização - para contribuir com a construção do imaginário coletivo da necessidade educacional do País, com o objetivo de atender às necessidades do capital e justificar a implementação desta mudança de paradigmas no modelo de Educação, contra qual se colocaram os docentes?

Expediente

O Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical (APESJF-SSind)

Redação e diagramação: Daniel Goulart e Anelise Medina / Projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão / Estagiário: Bruno Stephan / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem: 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 / Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Paulo César de Souza Ignácio (IF Sudeste MG/JF) / Vice-presidente: Agostinho Beghelli (João XIII) / Secretária Geral: Clarice Cassab (ICH) / 1ª Secretária: Zuleyce Maria Lessa Pacheco (Enfermagem) / 2ª Secretária: Amanda Pinheiro (IF Sudeste MG/JF) / 1º Tesoureiro: Joacir Teixeira de Melo (ICH) / 2ª Tesoureira: Maria Aparecida de Araújo (Aposentada)

Sindicatos reivindicam democratização da comunicação

Categorias criticam a cobertura dos movimentos grevistas pela grande mídia e a falta de espaço para as pautas dos trabalhadores



Imagem: Daniel Gouliart

Militantes participam de curso do Núcleo Piratininga de Comunicação

Por Anelise Medina

Desde a etapa municipal da Conferência de Comunicação, realizada em setembro de 2009, trabalhadores de Juiz de Fora, organizados nos movimentos sociais e sindical, não se reencontravam para discutir a democratização da mídia.

A atualização do debate e a renovação das estratégias de luta aconteceram em evento, realizado na sede da APESJF-SSind, no dia 4 de maio. Nos dias 5 e 6, os militantes participaram do curso “Comunicação e disputa de hegemonia”, conduzido pelo coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação, Vito Giannotti. As atividades integraram o calendário da Jornada Nacional de Lutas em Juiz de Fora.

Além da APESJF-SSind e do Sintufeju, participaram professores do estado, trabalhadores da Construção Civil, do Transporte Coletivo, das Indústrias Têxteis, da Administração Pública Municipal, do MST e integrantes da Casa Fora do Eixo.

Durante os três dias, a cobertura dos movimentos grevistas pela grande mídia e a falta de espaço para as pautas da classe trabalhadora foram extremamente critica-

das. Os trabalhadores denunciaram que a greve é sempre tratada pela imprensa como ameaça e não como direito. Frequentemente é vinculada à baderna e vandalismo, ou a um radicalismo inútil. As reportagens quase nunca apresentam uma investigação que demonstre as razões pelas quais a categoria chegou ao seu limite ou permita a identificação de mais trabalhadores com a causa. O foco é sempre nos supostos prejuízos que a greve acarreta à população.

A diretora da APESJF-SSind, Amanda Pinheiro, destacou a estratégia do Governo de utilizar a mídia para confundir a sociedade durante a greve dos docentes federais no ano passado. A primeira proposta do Governo, televisionada antes de ser apresentada ao Sindicato Nacional na mesa de negociação, se tornou a propaganda de um aumento tão grandioso quanto mentiroso.

Todos os militantes endossaram a necessidade de uma legislação que democratize a comunicação no país. Para isso, é preciso rever o modelo de concessões públicas de rádios e TV, que hoje são renovadas automati-

camente, sem critérios claros.

Os meios de comunicação são controlados por um oligopólio, que, através da propriedade cruzada, detém, além de rádios e TV, jornais e revistas de grande circulação, portais na internet e etc. O padrão concentrador se repete nas esferas local e regional.

Outro ponto destacado foi a necessidade de valorização da comunicação sindical. E para isso, a destinação de recursos à infra-estrutura, contratação de profissionais e pesquisa na base. Foi ressaltada a importância dos sindicatos compartilharem informações e da divulgação das notícias de uma categoria no jornal de outra categoria.

Para expressar a liberdade

No 1º de maio, foi lançada nacionalmente a campanha “Para expressar a liberdade”. A iniciativa nasceu durante seminário organizado no ano passado pelo Fórum Nacional de Comunicação (FNDC). O objetivo é o recolhimento de assinaturas para uma lei de iniciativa popular que democratiza a mídia no Brasil. O abaixo assinado também serve para promover o debate na sociedade. Para saber mais, acesse: paraexpressarliberdade.org.br.

Não deu na imprensa...

ESPECIAL 1º DE MAIO

Milhares ocupam as ruas de Bangladesh no Dia do Trabalhador

No 1º de maio, os olhos do mundo estavam em Dacca, Bangladesh.

Milhares de trabalhadores ocuparam as ruas em protesto contra a exploração. A classe exigia a condenação dos donos de confecções têxteis pela morte de 1.127 trabalhadores no dia 22 de abril. O prédio, onde funcionavam as fábricas, em terrível estado de conservação,

desabou. Além dos mortos, outras 2.438 pessoas ficaram feridas. Os patrões foram alertados poucos dias antes do risco de um desabamento. Porém, preferiram continuar a produção para manter os prazos em dia. A tragédia evidenciou, além das péssimas condições de trabalho, os salários incoerentes. A maioria das pessoas que trabalhavam no prédio recebiam por mês U\$ 38.

Na Praça da Sé (SP), trabalhadores protestam contra as privatizações

Na Praça da Sé, em São Paulo, 2 mil trabalhadores se reuniram para o ato político de 1º de maio. A manifestação foi organizada pelo Fórum das Pastorais Operárias e as centrais sindicais CSP-Conlutas e Intersindical.

Após a realização de uma missa na Igreja da Sé, houve a apresentação de grupos teatrais que propuseram uma reflexão sobre a

exploração e a opressão contra o trabalhador.

O dirigente da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates, destacou a marcha de 24 de abril, que levou mais de 20 mil trabalhadores à Brasília. “Não aceitamos mais ataques, queremos um basta nas privatizações, somos contra a reforma da previdência o fator previdenciário e o ACE [*Acordo Coletivo Especial*]”, declarou.

Professores municipais celebram 1º de maio em greve

Imagem: SINPRO-JF



No 1º de Maio, o Magistério Municipal estava em greve. Deflagrado no dia 17 de abril, o movimento durou 22 dias. Os professores reivindicaram a aplicação da Lei do Piso Nacional (Lei 11.738). A categoria garantiu a implantação da Lei em 2014.

A forte adesão ao movimento foi demonstrada pelas diversas passeatas que reuniram centenas de manifestantes nas ruas do centro, sempre após as assembleias da categoria.

No dia 7 de maio, a marcha, que se estendeu

por mais de um quarteirão, foi marcada pela criatividade. Com paródias de marchinhas de carnaval, os professores do município denunciaram a manutenção do descaso com a educação pela nova administração. O percurso foi acompanhado por um telão, instalado num caminhão de som, que exibiu vídeo com entrevista do prefeito Bruno Siqueira durante a campanha eleitoral no ano passado. O prefeito, na gravação, promete cumprir a Lei do Piso. O vídeo, disponível no site do Sinpro, teve mais de 38 mil acessos em quatro dias.

“Há uma simbiose entre interesses das grandes corporações e meios de comunicação de massa”

Paulo Roberto Figueira Leal é professor da Faculdade de Comunicação Social da UFJF. Por ter em sua área de atuação, o estudo e a observação de partidos, eleições e campanhas eleitorais, mídia, ideologia e comunicação política, o professor procura traçar as ligações entre política e controle social via meios de comunicação. Paulo afirma que a democracia na comunicação brasileira passa antes por uma reforma política. E fala sobre a necessidade de se modificar o cenário de centralização da mídia, que pratica um verdadeiro atentado contra a democracia no país.

Por Daniel Goulart

TRAVESSIA - A questão da democratização da mídia é um anseio da sociedade organizada, dos sindicatos e dos movimentos sociais. Por que é tão difícil romper esse modelo altamente concentrador da mídia brasileira?

Paulo - Eu acho que há uma simbiose entre interesses das grandes corporações de mídia e de elites políticas. Você estabelece uma relação de promiscuidade, por vezes até do ponto de vista das concessões públicas de radiodifusão, que, com muita frequência, desde meados dos anos 80, foram fortemente direcionadas a grupos com interesses políticos nos estados, por exemplo. Eu gostaria de dizer que a principal culpada foi a ditadura. Ela foi enormemente responsável por isso, mas foi no governo Sarney que houve uma farrá de concessões públicas inclusive para deputados, ou para senadores, o que consolidou interesses oligárquicos de grupos políticos também atuando no setor de mídia a ponto de produzir o que a professora Graça Caldas chamou de “coronelismo eletrônico”, ou seja, uma

associação promíscua de interesses privados com interesses políticos eleitorais e controle de veículos de comunicação de massa até como instrumento político eleitoral. Então essa é uma primeira dificuldade pra você democratizar a mídia. Os fóruns políticos nos quais se discutiria isso são fóruns em que há muitos dos próprios deputados, dos senadores com interesses em não mexer nisso. Mas, tudo bem, supondo que pudéssemos superar essa dimensão, existe uma segunda grande dificuldade: quais são os atores políticos, que podem não ser concessionários de radiodifusão, podem não ter interesses econômicos ou políticos diretos em controlar a mídia, topam comprar uma briga com grandes grupos de mídia que podem fazer um estrago na imagem dessas forças políticas, ou dessas lideranças políticas? E a história mostra que houve casos assim, de lideranças que propuseram questões relativas a um mecanismo de controle ou de marcos regulatórios para a mídia e que acabaram sendo severamente alvejados pelo sistema midiático. Isso está

acontecendo nesse momento na Argentina, a Cristina Kishner apanha enormemente por conta da chamada Lei dos Meios...

TRAVESSIA - Inclusive é criticada pela nossa própria mídia, a mídia brasileira...

Pela mídia argentina e de todos os congêneres no continente. Então acho que há uma dificuldade de tirar do papel a tal da democratização da mídia porque muitos políticos temem ter represália se adotarem uma postura ativa nesse debate. O que significa que, mesmo segmentos de origem política mais à esquerda, onde supostamente essa tese deveria ser mais acolhida, há quem acabe pesando sua própria carreira como um instrumento para não ter essa como uma das prioridades. Então acho que ocorrem essas duas dificuldades juntas, uma que há interesses mesquinhos, gente que é proprietário de radiodifusão, que tem interesses políticos nos estados, que pertence a oligarquias locais ou nacionais, e por outro lado, nesse balaio, num setor que fica receoso de comprar uma briga que pode ter um custo político, um custo

eleitoral que não é desprezível.

TRAVESSIA - Você falou da Lei dos Meios na Argentina. E o Uruguai também tem uma lei nesse sentido já aprovada? O que você acha dessas duas?

Eu acho que elas não são nada distintas do que já existe em grande parte do mundo, inclusive como regra de defesa do capitalismo nessa área, para estimular a concorrência. Há mecanismos que impedem a ação de trusts. Quando a gente fala de democratização da mídia, parece uma fala que vem da extrema esquerda, o que não é verdade, mesmo que a esquerda acolha essa tese. Em países de perfil liberal, há marcos regulatórios que impedem que certos grupos econômicos controlem uma parcela excessiva da mídia, há marcos regulatórios que estimulam um maior nível de pluralidade, de diversidade. Há marcos regulatórios para assegurar, por exemplo, a proteção de emissoras locais, de emissoras regionais, contra o peso e o poder das grandes cabeças de rede. Há marcos regulatórios para coibir a propriedade cruzada de meios de comunicação, que acaba produzindo mecanismos que cerceiam a concorrência, então quando você fala em novos marcos regulatórios, parece que está se falando de uma tese bolchevique, não é isso.

TRAVESSIA - Eles falam que é censura. Como combater isso?

Tirando exatamente o cerne da questão. Quer dizer, quando se fala em criar mecanismos que pluralizem a mídia, você não está sugerindo que um grupo qualquer não tenha o direito de

ter meios de comunicação de massa. Você está sugerindo que ele não tem o direito exclusivo de ter. Liberdade de imprensa é uma coisa tão boa, que eu quero pra mim também, e quero não apenas para a família Marinho.

Algum problema que um grupo qualquer tenha uma posição política liberal? Nenhum problema. Mas há um problema quando todos os grupos que têm acesso aos meios de radiodifusão tenham um viés liberal. Esse não é o único ponto de vista possível, há outros, e porque os outros não têm instrumentos pelo quais possam se manifestar? Eu repito: isso não tem nada a ver com o mercado editorial. Se alguém quer abrir uma revista, de qualquer viés ideológico, vai lá e abre, e responderá por eventuais excessos segundo o código civil e segundo o código penal. Outra coisa são concessões públicas de radiodifusão, que pertencem a todos, por definição. O que implica que, você pode até fazer uma concessão a um agente privado, mas não é razoável ter um modelo em que quase tudo foi concedido a agentes privados. Por que não ter uma concessão de emissoras para a sociedade civil? Por que um sindicato, ou uma sociedade local, não pode aspirar a ter uma concessão de radiodifusão? Ou seja, desenhar um modelo de comunicação em que se assegure que mais vozes diferentes possam falar, é melhor do que ter uma única voz, mesmo que legítima, que seja totalmente hegemônica. Então, quando se discute leis de meios, ninguém está propondo censura a ninguém, pelo contrário, está sugerindo que

es corporações de mídia e das elites políticas”

isso é tão bom que todos deveriam ter acesso.

TRAVESSIA - Você defendeu no debate promovido na APESJF que a democracia na comunicação passa primeiro pela reforma política...

Dada essa constatação de que há um entrave para esse debate avançar, talvez o jeito de fazê-lo avançar seja lidar com as questões estruturantes que impedem que ele avance. Só para dar um exemplo, se deputados não fossem eleitos por votos dados a eles, mas tivéssemos um sistema de lista partidária, em que os eleitores votassem em partidos, é razoável supor que mais deputados não se sentissem constrangidos em defender a tese de que é preciso um marco regulatório melhor do que o nosso. E isso, de uma certa forma, protegeria essas forças políticas da represália individual. Então, se houvesse uma mudança nesse sentido, haveria uma maior chance desse debate da democratização de mídia ser destravado, do que mantendo o atual modelo. O que eu quero dizer é que há questões outras que não são propriamente relativas ao debate de democratização da mídia que talvez tivessem algum impacto positivo no destravamento dessa discussão.

TRAVESSIA - Como é que você considera o Governo Dilma em relação à democratização da comunicação?

Muito tímido. No segundo governo Lula, sobretudo, a partir de uma influência do Franklin Martins, esse tema

foi muito mais prioritário por parte do Governo Federal do que parece ser hoje sob a gestão do Paulo Bernardo, que é quem hoje está cuidando disso.

TRAVESSIA - Como está a questão do conselho nacional?

Não está. Está parado. Tudo absolutamente parado. No Governo Lula, foi realizado a primeira Conferência Nacional de Comunicação, cujas diretrizes continuam apontadas ou atrás como indutoras de políticas públicas e por enquanto é só isso.

TRAVESSIA - Com relação às diretrizes aprovadas recentemente nos cursos de Comunicação, existem algumas pessoas que apontam falta a crítica a esse tema, o que você acha disso?

Acho que é extremamente desejável que, cada vez mais, essa discussão seja nos fóruns relativos à comunicação e também fora deles. Acho que um dos grandes desafios é escapar dessa suposição de que esse tema interessa apenas os pesquisadores de Comunicação. Interessa à sociedade, fundamentalmente à sociedade que é a vítima de um sistema muito centralizado, muito oligarquizado de oferta de conteúdos informativos, de conteúdos simbólicos no geral. O que significa que romper essa barreira de que esse é um tema que cabe apenas para pessoas que lidam com Comunicação é um dos desafios que temos diante de nós, o que quer dizer que temos de aumentar a discussão entre os que se

interessam por Comunicação, mas sobretudo lançar o debate para a sociedade, e mostrar que como se fala de mecanismo de democratização da mídia, não está se falando de nada que não seja fortemente ancorado na experiência histórica dos maiores países do mundo onde há mecanismos que impedem os problemas que acontecem em relação à mídia latino americana. Lá existem regras que impedem que um único grupo domine tantas fatias de mercado. Nos EUA existe um marco regulatório que impede que uma emissora cabeça de rede imponha tanto a grade de programação às emissoras locais. Basta olhar como o mundo lida com a questão. Um modelo tão centralizado quanto o brasileiro cria um entrave para a oferta pública de diversidade de informações. E as pessoas precisam dessa diversidade para que façam suas escolhas.

TRAVESSIA - É um atentado à democracia...

É um atentado à democracia. Sem a informação plural, com diversos pontos de vista, não há como ter poder de decisão. Não há problema em um grupo ter uma visão determinada, o problema é quando isso se torna a verdade. O direito de ter acesso à comunicação é normal, mas há direito maior do que esse que é o direito aos meios de comunicação, direito de falar, se expressar. E isso não existe neste sistema centralizado atual, em que poucas famílias dominam a comunicação no Brasil. É preciso desenhar um sistema que estimule a diversidade.

“Eu acho que a lei dos meios do Uruguai e da Argentina não são nada distintas do que já existe em grande parte do mundo, inclusive como regra de defesa do capitalismo nessa área, para estimular a concorrência



Professor Paulo Roberto Leal, durante debate na APESJF

“O direito de ter acesso à comunicação é normal, mas há um direito maior do que esse. É o direito aos meios de comunicação, direito de falar, de se expressar. E isso não existe neste sistema centralizado atual, em que poucas famílias dominam a comunicação no Brasil

Jornalzinho que fez estrago

Vito Giannotti combatia a Ditadura Militar e os pelegos que ela sustentava. O militante relembra o início de sua experiência com comunicação sindical

Por Anelise Medina

“Mesmo debaixo de tortura, uma risadinha me escapou”, recorda Vito Giannotti do gesto que não conseguiu controlar quando um agente “mais inteligente” da repressão da Ditadura Militar destacou um jornalzinho sindical com parágrafos em italiano.

“Realmente a construção da frase ficou meio italianada. Estava na cara que era eu. Mas continuei falando que não”, conta o nativo de Lucca, na Itália, preso em 1974 pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

Giannotti ainda superava as dificuldades com a língua portuguesa, que nunca aprendeu formalmente, e já era um dos responsáveis pela comunicação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Por ter mais anos de escolarização, foi “condenado” a custosa tarefa.

“Escutava as ‘observações’ dos companheiros. ‘Que porcaria é essa, Vito?’. Não era nem por causa do italiano, o problema era palavras como ‘irrevogavelmente’. Quem entende isso?”, dúvida. A linguagem se tornou, desde então, uma obsessão para o ex-metalúrgico.

O objetivo da comunicação era levar o trabalhador a ação. “Na Oposição, nós preparávamos, clandestinamente, muitos jornais. Tinha o principal, o Luta Sindical. Eram pequenos, coisa de uma folha de ofício dobrada quatro vezes. Mas aquilo já fazia um estrago danado”, avisa.

Bom combate

Giannotti saiu da Itália jovem. Passou pelo Líbano, Jordânia, e Israel, onde morou um ano.

Movido pela ideia de mudar o mundo, decidiu abandonar a universidade e atuar como operário. Não achou uma fábrica, e decidiu

trabalhar em alto mar, como pescador.

Aceitou o convite de dois jovens de Minas Gerais que conheceu, e aportou no Brasil em 1966 com o objetivo de passar três meses. Tinha 21 anos. O turista gostou do país e ficou.

Nas décadas que se seguiram, militante da Oposição Sindical Metalúrgica, Giannotti combateu a Ditadura Militar e os pelegos que ela sustentava no sindicato de São Paulo. A Oposição era uma frente de trabalhadores, que aglutinava marxistas, cristãos e sindicalistas. Todos operários metalúrgicos.

Giannotti trabalhou “numas duas dezenas” de fábricas para fugir da repressão. O sindicato era “amigo dos patrões e dedava a gente”. “Em casa tenho cinco, seis, carteiras de trabalho. Uma mais falsa do que a outra”, revela.

Em 78, Giannotti ajudou a preparar, secretamente, uma semana de greve na fábrica em que trabalhava, a Máquinas Piratininga. A primeira greve desde a criação da fábrica em 1935.

“O sindicato, filho da Fiesp, filho da Ditadura Militar, era contra as nossas greves. Eles ficaram sabendo. Cinco minutos antes, a Polícia Federal e o vice-presidente do sindicato entraram na fábrica e me prenderam com a esperança de evitar a greve. Mas não conseguiram”, explica.

Os metalúrgicos conquistaram, no “no fogo da greve”, uma comissão de fábrica com estatuto “maravilhoso, divino, absolutamente libertário. Os trabalhadores, democraticamente, decidiriam tudo, o ritmo da nossa produção, o que iríamos produzir, tudo. Só faltava colocar a bandeira vermelha sobre a fábrica”,



Imagem: arquivo Oposição Sindical Metalúrgica

Acima, o jornal Luta Sindical, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo; ao lado, Vito Giannotti



Imagem: Daniel Coullart

descreve, sorrindo.

O reconhecimento da comissão de fábrica, desamarrada do sindicato, era uma reivindicação prioritária para a Oposição. Por dois motivos, segundo Giannotti. “As comissões não eram uma coisa a mais, um luxo. Precisávamos nos distanciar do sindicato, que era formado por uns bandidos da Ditadura Militar. Mas também era uma questão política e ideológica. Queríamos um sindicalismo autônomo, livre, independente. Não necessariamente contra o sindicato, mas independente”, analisa.

As greves em São Paulo foram disparadas após o início do movimento grevista do ABC paulista. O interior, diferente da capital, contava com o suporte da estrutura sindical.

Quatro meses depois de paralisações como a ocorrida na Máquinas Piratininga, a primeira greve geral dos metalúrgicos de São Paulo foi deflagrada.

“O ponto forte dessa greve foi o companheiro Silva [Cleodon Silva] da Oposição”, destaca. Em depoimento, registrado na tese de doutora-

do da professora da Faculdade de Serviço Social da UFJF, Maria Rosângela Batistoni, Silva contou uma das estratégias de comunicação para a mobilização. Nos banheiros da fábrica, Silva recortava notícias de jornal sobre as greves do ABC paulista. Depois colocava dentro de um saco plástico, para evitar que ficassem sujas de óleo, e passava de máquina em máquina.

Porém, as conquistas das comissões de fábrica, até então inéditas no Brasil, foram anuladas por um acordo negociado pelo sindicato. “Numa assembleia com mais de 30 mil pessoas na Rua do Carmo, o pelego apresentou a proposta, que incluía um reajuste salarial razoável, mas destruía as comissões que a gente tinha conseguido. Acabou com a greve, acabou vencendo”, remata.

A imprensa tem dono, tem classe

Segundo Giannotti, a grande mídia tem lado. “Ela obedece ao seu dono, que pertence a uma classe. E defende os interesses dessa

classe, a dos exploradores, contra os interesses de outra classe, a dos explorados”, argumenta. Até aí, de acordo com Giannotti, tudo é legítimo.

“A safadeza está na grande mídia dizer que é imparcial, que não tem lado, que é neutra, que é pela notícia, que é o quarto poder, que fiscaliza as falcaturas”, deixa claro.

Para Giannotti, os trabalhadores têm que exigir condições iguais de acesso aos meios de produção e veiculação de informações. “Mas será difícil. Eles têm acumulado dinheiro de centenas de anos de exploração”, avalia.

“Precisamos fazer os nossos próprios jornais. Uma categoria precisa dar notícia da outra. O jornal não pode falar só do umbigo da categoria”, ensina.

Valorizar a comunicação na estratégia de luta dos trabalhadores foi a principal mensagem deixada por Giannotti durante sua passagem por Juiz de Fora no início de maio. O coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação foi monitor do curso “Comunicação e disputa de hegemonia”, que teve a participação da APESJF-SSind.

Fecharam os microfones da comunidade

A Mega FM era uma rádio comunitária autêntica. Foi fechada pela Anatel em 2003

Por Anelise Medina

Waldir de Freitas Nascimento, ou Erê dos Palmares, Alessandro Rodrigues Lima, mais conhecido como Zói, e Núbia de Oliveira “aprenderam a falar” na Mega FM. Os três eram bem jovens na época em que conduziam programas musicais na rádio do bairro Santa Cândida, Zona Leste de Juiz de Fora.

A Mega FM funcionou de 1997 até 2003, quando seu transmissor foi lacrado por fiscais da Anatel. Zói passou mal nesse dia.

A rádio resistiu até 2007. E durante um período, teve o mesmo endereço de Erê. “Quando acabou, morreu um pedaço de mim”, conta Erê.

Adenilde Petrina Bispo e seu irmão Luiz da Conceição Bispo, o Nonô, coordenadores da Mega FM, foram processados. Tiveram que pagar multa, cesta básica, e por ironia, serviços comunitários.

Erê, Zói e Núbia se reuniram na casa de Adenilde e Nonô, local onde a rádio nasceu e permaneceu até 2003, para contar essa história ao jornal Travessia.

Dez anos se passaram desde o fechamento da Mega FM. Erê trabalha como pedreiro, Zói é eletricitista e Núbia, personal trainer.

Transformados pela experiência com o meio de comunicação de massa (a Mega FM atingia quase 70% de Juiz de Fora), conservam o que Adenilde chama de “sentimento de pertencimento”.

Josimar Andrade, de codinome Ice, frentista e morador da Zona Norte, também se juntou aos amigos de rádio para a entrevista.

Várias vozes

A Mega FM honrava seu slogan de “comunitária de

verdade”. “Não tinha lucro”, enfatiza Ice. A gestão, feita pela comunidade, era democrática e coletiva. O bairro estava envolvido na produção dos programas e na aprovação dos conteúdos. Havia um estatuto, que estabelecia valores como a solidariedade.

A programação era uma riqueza. Do hip-hop à música clássica, inundada por apresentações ao vivo, a “comunitária de verdade” contemplava ouvidos variados e exigentes.

Música era combinada com informação. “A Dê [Adenilde] separava materiais para a gente ler e melhorar o conteúdo. Era história da África, história da humanidade. Qualquer dúvida, a gente podia discutir”, recorda Erê, primeiro ouvinte e depois apresentador do programa de hip-hop.

Erê era aluno da Escola Estadual Professor Cândido Mota Filho e conheceu a Mega FM através do Grêmio Estudantil. Os estudantes ajudaram Nonô, que é DJ, na fundação da rádio. “Eu tinha necessidade de aparecer. A Mega me mostrou que eu podia aparecer de outro jeito”, avalia Erê.

A rádio tinha programa sobre direitos constitucionais, fitoterapia, feminismo,

religião católica e de matriz africana, imigração alemã, e outros tantos.

A rádio novela “de assombração”, como enquadra Adenilde, entrava no ar nas noites de sexta. Era o programa Mega Fenômeno, responsável pela formação de um núcleo de teatro na Mega FM. Lendas contadas pelo povo eram narradas, e incrementadas pela trilha sonora do DJ Nonô.

O jornalismo, segundo Adenilde, começou na “comunitária de verdade” quando “seu João”, morador do Santa Cândida, ficou indignado com a invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos. Nasceu o Voz do morro.

A partir de 2000, a convite da Justiça Eleitoral, a Mega FM iniciou o trabalho de cobertura das eleições. A rádio também cobriu o carnaval de Juiz de Fora com a atuação de um repórter popular.

Alguns programas atraíram tanta gente para a porta da Mega FM, que poderiam ser considerados “de auditório”. Bezerra da Silva visitou a rádio. Núbia fala que a comoção foi grande. “Coisa de louco”, sorri ao lembrar. Ela tinha 14 anos quando estreou num programa de música romântica, o Mega

Love, e depois migrou para o de pagode, que valorizava os músicos de Juiz de Fora.

Zói destaca um dos aspectos mais importantes da Mega FM para ele. “A rádio comunitária é aquela que divulga os artistas da periferia. Quem não tem espaço nas grandes rádios. O pessoal podia chegar e trazer seu cd. Artistas, que nem pagando, tocariam nas grandes rádios”, enfatiza. Zói apresentava o programa Conexão do rap, ao lado de um jovem, apelidado por sua pouca idade, de Menor.

A Mega FM também promoveu festivais de música, como o Hip-hop Ataque e o Hip-Hop Contra-ataque, e festas no Santa Cândida.

A “comunitária de verdade” influenciou nos movimentos sociais do bairro e foi decisiva na organização dos moradores para a concretização de reivindicações.

Pela democratização

O espírito crítico à grande mídia era condição para a existência da rádio. Adenilde lembra de Nonô dizendo que era melhor denunciar, fazer a crítica, para não se arrepender depois. Que eles não poderiam “ficar nessa coisa de só tocar música, mandar música para não sei quem, arrumar namorado”. Isso era coisa

para a rádio comercial fazer.

A Mega FM foi pioneira na organização da luta pela democratização da mídia em Juiz de Fora. Teve sucesso na articulação de vários eventos, com a presença de militantes de outros estados.

Silenciada

“Eles fecharam a rádio porque nós estávamos incomodando. A Mega FM estava fazendo a revolução na cabeça das comunidades”, afirma Erê.

“Tanto é que eles decidiram apagar a nossa história quando mandaram uma rádio que já existia aqui para a nossa área”, denuncia. A Mega FM perdeu a concessão para a rádio evangélica Life, ligada a políticos locais. A Life surgiu na região muito tempo depois da “comunitária de verdade”, e mesmo assim ganhou permissão para funcionar. Apartidária e “desapadrinhada”, a Mega FM teve todos os pedidos de autorização para funcionar negados.

Por Zói, a Mega FM continuaria na marra. “Todos os dias que a gente se encontra, a gente fala: ‘e a rádio?’. Se a rádio estivesse aqui, muita coisa teria mudado”, garante Zói. Isso porque “era a senzala falando”, como costuma dizer Adenilde.



Erê, Zói e Núbia se reúnem na casa de Adenilde no bairro Santa Cândida, onde a rádio funcionava

Imagens: Daniel Goulart e Anelise Medina

Redução da maioria penal: o que está em questão?

Por Viviane Sousa Pereira,

Doutora em Serviço Social e professora na Universidade Federal de Ouro Preto

Modificações na legislação não alteram, como mágica, a realidade social. O debate sobre redução da maioria penal ultrapassa e muito a esfera jurídica, que precisa ser secundarizada a fim de sustentarmos uma reflexão mais próxima do real e menos refém do senso comum midiático. O ato infracional não nasce no âmbito da Justiça. A questão fundamental é a sociedade que estamos construindo.

O Estado e seu aparato jurídico, embora permeados por forças contra-hegemônicas, atuam a fim de assegurar o domínio de uma classe sobre a outra. Não constituem um todo interessado na impossibilidade histórica, sob essa ordem, de “harmonia social” ou atendimento das necessidades humanas indistintamente. Na mesma linha e agindo como poderoso suporte ideológico de largo alcance, os meios comunicacionais, em nosso país monopolizados por sete famílias com a “benção” do governo Dilma, possuem grande influência.

O sensacionalismo, o clamor de vingança, a negação do diferente e o discurso de impunidade dão o tom. Os acontecimentos são noticiados pela chamada “grande mídia”, através de frases feitas, metáforas e imagens, reprodutoras de preconceitos, constrangimentos e pressões políticas e econômicas. Na última semana foi alardeada uma pesquisa apontando que 93% dos paulistanos são favoráveis à redução da maioria penal. Sem questionar a metodologia utilizada e longe de afirmar que a opinião popular deva ser desconsiderada, é preciso lembrar que um tempo atrás, escravizar seres humanos era permitido por lei e considerado pela maior parte da população uma prática “natural” e sem a qual não haveria futuro. Escravos “revoltosos” e todos que se colocassem contrários à escravidão, eram duramente punidos para assegurar a pedagogia do exemplo aos demais que questionassem a situação, hoje considerada escabrosa. Sensações de segurança ou insegurança, punição ou impunidade, são produzidas socialmente e possuem relação direta com o grau de evolução civilizatório e o nível de democratização de nossa sociedade.

A cada infração grave e de grande repercussão, cometida por adolescentes, vem à tona novamente a proposta de redução da maioria penal. Em grande parte, os argumentos defensores estão descolados da realidade, afinal a responsabilização individual é típica e cara ao pensamento liberal conservador. Uma análise rápida e superficial da origem dos adolescentes infratores é suficiente para demonstrar que “responsabilidade” e “moralidade” não são atributos distribuídos aleatoriamente.

Se a seletividade marcante da Justiça serve a interesses determinados, resta-nos questionar se a sociedade que buscamos é semelhante ao “1984”, de George Orwell ou se somos capazes de construir algo onde o ser humano e suas complexidades tenham lugar. A relação entre o controle do Estado sobre a população e o baixo nível de direitos assegurados é direta. Ou seja, quanto menos uma sociedade é capaz de garantir direitos, mais impera a necessidade de estabelecer mecanismos de controle estatal. Dados de 2011 da ONU, que realiza a cada quatro anos a pesquisa Crime Trends (Tendências do Crime), revelam que a minoria dos países engloba na definição de adulto, pessoas com menos de 18 anos. A maior parte dos que o fazem é composta por aqueles que não asseguram os direitos básicos de cidadania.

Os argumentos favoráveis à redução da maioria penal estão centrados muito mais no desejo de punição do que na perspectiva de diminuição da violência e da criminalidade. A lógica, ou falta dela, é moralizante no melhor sentido de “dar o exemplo”. Um exemplo destinado aos “não educados”, “não cultos”, “não tementes a deus”. Reservado especialmente para os “sujeitos monetários sem dinheiro”: os rotos, sujos e “malvados”.

Moralismo e legalismo não reduzem violência, assim como o encarceramento não previne a criminalidade. O que está em questão não é a capacidade de entendimento

de um adolescente infrator, que por sinal conta com responsabilização adequada estabelecida pelo ECA. O que devemos realmente debater é a inconveniência de submetê-los ao já falido sistema reservado aos adultos que, este sim, precisa ser revisto com a urgência merecida.

Nas últimas duas décadas o ritmo de crescimento da população carcerária brasileira só foi superado pelo do Camboja e está em nível ligeiramente inferior ao de El Salvador. Segundo o Ministério da Justiça, entre 1992 e julho de 2012, o número de presos no Brasil passou do equivalente a 74 presos por 100 mil habitantes, para 288 presos por 100 mil habitantes. Um aumento de 380,5% no número total de presos. A população total do país cresceu 28% no mesmo período. Interessante observar que os índices de criminalidade aumentaram, tanto quanto as taxas recorde de aprisionamento. O número total de homicídios, por exemplo, passou de 31.989 em 1990 para 52.260 em 2010. Um aumento de 63%, segundo dados do Ministério da Saúde. Paradoxal e absurdamente, o país revelado por esses números coloca em pauta

privação de liberdade a partir dos 16 anos.

A prisão não é solução para violência. Sua funcionalidade está relacionada a processos históricos de criminalização da pobreza. Expurgo social de pobres que desmentem, com sua existência persistente, a fantasia de que sob o capital todos são cidadãos de direito e podem viver os padrões civilizatórios.

Está comprovado que o encarceramento é muito mais uma medida de higienização social do que de (re) socialização. Os números, a face e os índices de reentrada prisional são claros e não deixam mentir. A população carcerária brasileira tem cor, sexo, idade e classe social muito bem definida.

É tolo imaginar que um país que não é capaz de garantir políticas públicas previstas na própria Constituição Federal, será capaz de, por meio de medidas legalistas de cunho revanchista, construir a paz tão almejada. Trata-se de um equívoco inexorável falar em (re) socialização, a

partir de um sistema absurdamente classista e desumano, como é o sistema penal. E mais, a partir de uma estruturação de serviços públicos que, em todas as esferas, nem ao menos possibilita a intersetorialidade e integralidade das ações. Não busca socializar, o que, seguramente reduziria a níveis baixíssimos a necessidade (re) socializar.

No caso dos adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado após um amplo debate social, é desrespeitado sistematicamente em quase todos os seus princípios, a começar pela garantia de prioridade. Prioridade na educação, na saúde, na assistência social, na segurança pública, na cultura, no lazer, no esporte.

Os direitos básicos, que poderiam possibilitar condições minimamente adequadas à infância e juventude, são publicamente negados. É sabido e as fontes são várias, que os jovens brasileiros são muito mais vítimas do que autores de crimes violentos. Digo isso, não só considerando os crimes cometidos por outros, mas também a omissão e as ações de um Estado que não reluta em descumprir o texto constitucional.

É fácil visualizar a quem a redução da maioria penal interessa: aos conservadores que insistem na prisão como melhor forma de corrigir “distorções de caráter”; a uma elite raivosa que deseja manter os pobres “em seu devido lugar”; aos interesses privados, uma vez que grandes centros de (re) socialização poderiam ser mantidos pela iniciativa privada e financiados com recursos públicos, no formato que foi inaugurado, pelo governo de Minas Gerais, em Ribeirão das Neves, no caso de presídios para adultos.

Portanto, o que se coloca como central é a capacidade de articularmos coletivamente outro projeto de país. Um país onde todos - crianças, adolescentes e adultos - usufruam da riqueza socialmente produzida, contem com possibilidades reais de socialização e não sejam reféns de falaciosas iniciativas de (re) socialização a partir de um sistema comprovadamente falido e punitivo. Como já dito, essa questão nos remete diretamente ao tipo de sociedade que estamos construindo. Voltamos ao ponto inicial.

